

ICMBio

Edição 543 - Ano 12 – 29 de novembro de 2019

em foco

**Yanomamis
fazem últimos
ajustes para
iniciar turismo
ao Pico da
Neblina**

**Oficina avalia risco de
extinção das serpentes
brasileiras**

**Gigantes marinhos
encantam turistas em
Abrolhos**

**Passarinhando no Parque
Nacional da Chapada
Diamantina**

Oficina avalia risco de extinção das serpentes brasileiras

O Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Répteis e Anfíbios (RAN) coordenou Oficina de Avaliação do Estado de Conservação das Serpentes Brasileiras. O evento, realizado em Brasília na sede do ICMBio, faz parte do segundo ciclo de avaliação da fauna conduzido pelo Instituto, processo que subsidia o Ministério do Meio Ambiente (MMA) na atualização da Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção.

Participaram da Oficina 28 pessoas, sendo 24 especialistas da comunidade científica de todas as regiões do país; três integrantes do RAN, que auxiliaram na facilitação e relatoria, além de uma pesquisadora da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), que auxiliou a aplicação do método de categorias e critérios da IUCN, adotado pelo ICMBio na avaliação nacional.

Foram avaliadas todas as serpentes conhecidas para o Brasil até o momento, o que totaliza 414 espécies. Para subsidiar as avaliações, o Núcleo de Geoprocessamento do RAN elaborou, com o uso de dados do MapBiomas, mapas de remanescentes e de perda recente de vegetação nativa, além de análises de fragmentação do ambiente, para todas as espécies.

Do total de espécies avaliadas, 28

Especialistas classificaram 28 espécies com algum grau de extinção



Marco A. Freitas

foram consideradas ameaçadas de extinção, sendo cinco Criticamente em Perigo (CR), 11 Em Perigo (EN) e 12 Vulnerável (VU). Outras seis foram consideradas Quase Ameaçadas (NT) e 23 como Dados Insuficientes (DD). A maior parte (357 espécies) foi avaliada como Menos Preocupante (LC).

Esse resultado ainda não é oficial e poderá sofrer mudanças na próxima etapa do processo. A validação deverá ocorrer no primeiro semestre de 2020. Até lá, a equipe do RAN trabalhará na edição das fichas das espécies, corrigindo os mapas de distribuição e as informações sobre as espécies.

O Brasil é um dos países com maior diversidade de serpentes e os resultados da oficina, somados às informações sobre as espécies compiladas durante o processo, serão de extrema importância para a definição de ações e para a implementação de políticas públicas voltadas para conservação desse grupo.

ICMBio Carajás promove I Encontro Regional de Voluntários



Acervo ICMBio

Encontro vai ter uma gincana entre voluntários com atividades lúdicas e de trabalho em equipe

Entre os dias 03 e 05 de dezembro, o ICMBio de Carajás realizará o I Encontro Regional de Voluntários. No evento, os voluntários terão a oportunidade de trocar experiências com voluntários em outras unidades de conservação federais, com socialização e integração de conhecimentos e vivências. Está prevista a participação de voluntários do Parque Nacional de Jericoacoara (CE), Parque Nacional da Chapada dos Guimarães (MT), Parque Nacional do Iguaçu (PR) e Parque Nacional da Serra dos Órgãos (RJ).

O diferencial do Encontro será uma Gincana que vai acontecer entre os participantes. Eles serão divididos em equipes, cada qual com um nome e cor. As equipes serão mistas. A ideia é que todas as equipes contem com voluntários

da Floresta Nacional de Carajás, voluntários da Floresta Tapirapé-Aquiri e voluntários de outras UCs.

A gincana terá seis provas que vão exigir dos participantes conhecimento sobre a biodiversidade, agilidade, trabalho em equipe, criatividade e animação. Ao final da competição, os vencedores vão ganhar um troféu, medalhas e um kit voluntário.

O Encontro é uma iniciativa da equipe do ICMBio Carajás com apoio da Vale e da Fundação Tecnologia Floresta Geoprocessamento (Funtec).

Cemave promove curso de formação de monitores de aves limícolas

Entre os dias 19 e 22 de novembro, o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Aves Silvestres (Cemave) com apoio da Coordenação Regional 04, do Arpa e da Acadebio e instrutores do Cemave, Instituto Federal do Pará e Universidade Federal do Pará, promoveu um Curso de Formação de Monitores de Aves Limícolas Migratórias, oferecido a servidores e comunitários de Reservas Extrativistas (Resex) do Pará e do Maranhão. A capacitação ocorreu em Bragança (PA), onde fica o Núcleo de Gestão Integrada Bragança.

O evento contou com aulas e atividades teóricas e práticas desenvolvidas na Resex Caeté-Taperaçu, onde foram exercitados procedimentos dos protocolos de censos, observação e identificação das aves, planejamento e execução de técnicas de monitoramento das aves limícolas. O monitoramento das aves ao longo do tempo é importante para acompanhar o estado da biodiversidade das UCs, identificar e moderar possíveis alterações que levem à sua diminuição. Também para subsidiar ações de manejo dos habitats e medidas de conservação para as aves migratórias. O grande engajamento e aproveitamento dos participantes no evento foi considerado um avanço para a implantação dos protocolos do monitoramento participativo das aves limícolas nas Resex do Pará e Maranhão.

O curso contou com o apoio da Coordenação Regional 04, do Arpa e da Acadebio e instrutores do Cemave, Instituto Federal do Pará e Universidade Federal do Pará.

As aves limícolas percorrem milhares de quilômetros entre os hemisférios norte e sul todos os anos. A costa amazônica é o maior sítio de invernada na América do Sul para dezenas de espécies do grupo, incluindo os considerados ameaçados de extinção, como o maçarico-das-costas-brancas (*Limnodromus griseus*), o maçarico-do-papo-vermelho (*Calidris canutus*) e o maçarico rasteirinho (*Calidris pusilla*). As regiões do Salgado Paraense e as Reentrâncias Maranhenses, onde ficam as Resex, concentram milhares de aves limícolas migratórias. Esta região é protegida por um conjunto significativo de Reservas Extrativistas Marinhas, todas incluídas no Sítio Ramsar dos Manguezais do Estuário do Rio Amazonas. O ICMBio apoia a integração de esforços para a conservação das aves migratórias para fortalecimento fortalecimento da gestão e implementação das RESEX e do Sítio Ramsar com o Programa Monitora.

Capacitação vai formar monitores para compreender as dinâmicas das aves limícolas

Sheyla Leão



Gigantes marinhos encantam turistas em Abrolhos

De natureza tranquila, tubarão-baleia foi visto por mergulhadores no Arquipélago de Abrolhos



Rafael Depas

Localizado no sul da Bahia, o Parque Nacional Marinho de Abrolhos é conhecido mundialmente por ser protetor de algumas das espécies marinhas mais fascinantes dos oceanos, em especial da baleia jubarte (*Megaptera novaeangliae*), que usa o local como berçário da espécie. A observação de mamíferos marinhos é uma das atividades mais procuradas pelos visitantes entre junho e outubro.

No início de novembro, o santuário foi atingido pelas manchas de óleo em suas ilhas. O trabalho de limpeza demandou esforço da equipe do Parque, da Marinha do Brasil, voluntários, pescadores, universidades e organizações não-governamentais para que o petróleo não afetasse a biodiversidade marinha da região. A unidade chegou a ser fechada para não causar riscos à saúde de visitantes e para que o trabalho pudesse ser feito.

Após o evento, a partir do dia 8 de novembro, as atividades turísticas foram retomadas gradativamente. No dia 16, quem visitou a UC foi recebido com duas surpresas. Em meio ao monitoramento e atividades de mergulho recreativo, turistas e condutores de mergulho foram presenteados com a visita de duas espécies que raramente aparecem no Arquipélago: o tubarão-baleia (*Rhincodon typus*) e a arraia-manta (*Manta birostris*). O tubarão-baleia foi visto no ponto de mergulho Chapeirão Faca Cega. Já a arraia-manta foi vista no dia seguinte, próxima

ao naufrágio da embarcação Santa Catharina, um famoso ponto de mergulho. Como estavam relativamente próximos aos turistas, eles foram fotografados e filmados, deslumbrando os visitantes.

SOBRE AS ESPÉCIES

Como o nome sugere, o tubarão-baleia é um gigante dos oceanos e é considerado o maior peixe vivo. Ele pode passar mais de cinco metros de comprimento, sendo que o maior indivíduo já registrado da espécie tinha 12,65 m e cerca de 21,5 toneladas. Ele nada em águas abertas tropicais. Uma curiosidade do peixe é que ele é conhecido por sua enorme boca, mas se alimenta por meio de filtração. Sua base alimentar vem quase que exclusivamente de plâncton. De acordo com o Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção, o tubarão-baleia é classificado como Vulnerável.

A arraia-manta é a maior espécie atual de raias, podendo atingir sete metros de envergadura e pesar até 2 toneladas. Vive em regiões tropicais e subtropicais, especialmente perto de recifes de coral. Assim como o tubarão-baleia, também se alimenta basicamente de plâncton e pequenos peixes filtrados. Também foi classificada como Vulnerável em relação a riscos de extinção.

ODS relacionados



4

www.icmbio.gov.br

ODS relacionados



APA Costa dos Corais inicia projeto com jovens comunitários

Nos dias 9 e 10 de novembro, a Área de Proteção Ambiental (APA) Costa dos Corais (AL) deu início ao Projeto Jovens Protagonistas da Pesca Artesanal na unidade. Cerca de trinta jovens, lideranças comunitárias e representantes da gestão da UC participaram desta etapa, que foi a de construção participativa da proposta pedagógica dos dez módulos temáticos. A previsão é que os módulos sejam executados ainda em 2019 e continuem no próximo ano.

A APA da Costa dos Corais é uma das maiores áreas protegidas costeiro-marinhais do país, com 406 mil hectares. O turismo e a pesca são atividades de relevância econômica na região, que engloba cerca de 20 mil pescadores artesanais. A ideia do Projeto derivou do II Seminário da Pesca Artesanal, onde foi diagnosticada a baixa participação dos jovens nos assuntos que dizem respeito à comunidade, à gestão da UC e à pesca artesanal, sendo necessária alguma ação de estímulo e engajamento voltada especificamente para este público.

O Projeto Jovens Protagonistas foi implementado de maneira pioneira em 2012, pela equipe do Núcleo de Gestão de Integrada Tefé (AM), onde virou referência no trabalho com jovens em unidades de conservação federais. A inspiração veio da metodologia Verde Perto Educação, do biólogo e educador ambiental Leonardo da Silveira Rodrigues. A ação mistura momentos lúdicos, atividades em grupo, palestras, mesas-redondas, oficinas de arte-educação e atividades em campo e estimula a atuação dos jovens desde a sua elaboração.

Os módulos envolvem a questão ambiental; ecossistemas marinhos e costeiros; vida marinha; áreas protegidas; pesca; identidade e território; juventude; turismo; cultura e arte; e formação política e organização comunitária. Cada tema será trabalhado por alguma oficina como artes plásticas; música; ciência;

Thiago Hara



Projeto Jovens Protagonistas quer engajar o público na gestão da UC e na pesca artesanal de uma maneira participativa e lúdica.

comunicação social; artes de pesca; contação de história; teatro; artesanato; dança e circo.

"O público jovem é estratégico e fundamental na implementação das UCs. O diálogo com esse grupo proporciona novos olhares sobre o território, e permite uma maior aproximação entre gestão e comunidades locais. Não podemos esperar que os jovens sejam o futuro das UC sem permitir que eles tenham uma atuação no presente. A troca entre jovens e lideranças deve ser mútua e respeitosa. Todos os lados têm muito a ensinar e muito a aprender", resume a analista ambiental da APA e uma das criadoras da proposta, Gabriela Scelza.

Na ocasião, o grupo dialogou com uma das maiores lideranças jovens da América Latina, Dione Torquato. Ela participou da primeira edição do Programa, na Floresta Nacional (Flona) de Tefé (AM) e, atualmente, ocupa uma Secretaria no Conselho Nacional de Populações Extrativista (CNS).

"Acredito que o resultado do primeiro módulo conseguiu contemplar a questão ambiental de forma ampla, desde sua diversidade biológica a fatores culturais", comenta a antropóloga e bolsista do projeto, Juliana Barreto.

A proposta conta com o apoio do GEF-MAR, Funbio, Fundação Toyota do Brasil e Fundação SOS Mata Atlântica, além de colônias de pescadores e associações locais.

ODS relacionados



Vamos prevenir a obesidade infantil



Atividade física



Brincadeiras sem TV, celular e videogame

Ofereça aos seus filhos mais alimentos *in natura* como frutas e verduras. Evite alimentos ultraprocessados como salgadinhos, refrigerantes, sucos de caixinha e biscoitos recheados. Praticar atividade física, menos tempo de TV, videogame e celular e mais tempo brincando com os amigos e familiares também são dicas saudáveis para a vida dos pequenos.

Saiba mais e acesse o Guia Alimentar em saude.gov.br/saudebrasil



CPB apresenta resultados em Congresso Brasileiro de Primatologia

O Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Primatas Brasileiros (CPB) participou do XVIII Congresso Brasileiro de Primatologia, entre os dias 6 e 10 de novembro. O evento ocorreu em Teresópolis e foi promovido pela Sociedade Brasileira de Primatologia.

A equipe participou ativamente nesta edição, como autores e coautores em simpósios, apresentações orais, apresentações de pôsteres, minicursos e mesas-redondas. Assuntos como conectividade, perda de habitat, febre amarela, filogenia, caça, gestão e manejo de populações foram alguns abordados nos trabalhos produzidos pelos pesquisadores do CPB. O Programa Monitora e a Operação Primatas, ambos coordenados pelo ICMBio, também foram temas de estudo apresentados.

Na ocasião, a equipe do CPB participou de reuniões sobre vacinação do mico-leão-dourado, manejo de bugio ruivo na Tijuca, manejo de muriqui do Norte e parceria com o Instituto da Mata Atlântica.

A apresentação oral "Análise de alocação e parentesco como ferramenta para auxiliar o manejo de primatas vítimas do tráfico ilegal: estudo de caso do mico-leão-dourado - *Leontopithecus rosalia*" foi uma das mostradas no Congresso. O trabalho ganhou o segundo lugar do Prêmio Lisa Veiga de Conservação, na categoria estudante de graduação, e tem co-autoria da analista ambiental do CPB Monica Monetenegro.

"O evento trouxe uma excelente oportunidade para o CPB mostrar seus resultados, manteve a equipe motivada e atualizada sobre novos conhecimentos e abordagens metodológicas de pesquisa e manejo dos primatas brasileiros, além de formarmos novas e fortalecemos as já existentes parcerias com os colaboradores da comunidade acadêmica e científica", avalia o coordenador do CPB, Leandro Jerusalinsky.



Conselho discute concessão florestal na Flona de Humaitá

No dia 21 de novembro, a reunião extraordinária do Conselho da Floresta Nacional (Flona) de Humaitá (AM) discutiu a proposta de edital de concessão da UC. Na ocasião, o diretor de Concessão Florestal do Serviço Florestal Brasileiro, Paulo Carneiro, apresentou aos conselheiros conceito técnico e os parâmetros legais da concessão florestal e dos itens constituintes do edital da concessão da Flona de Humaitá.

Compareceram à reunião representantes das comunidades do interior e entorno da UC, incluindo comunidades indígenas, além de representante de várias instituições locais, como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, a Universidade Federal do Amazonas e a Secretaria de Desenvolvimento Sustentável de Humaitá. Os presentes expuseram anseios e tiraram dúvidas, o que permitiu que chegassem mais bem informados na audiência pública que aconteceu no dia posterior.

Além da reunião do conselho, ainda houve uma reunião específica somente com indígenas representantes das etnias Jiahui, cuja Terra Indígena faz sobreposição com a Flona de Humaitá e Tenharim, terras justapostas à UC.

O objetivo da Consulta Pública foi ouvir contribuições a respeito da proposta da concessão florestal na Flona de Humaitá, que possui ao todo 468 mil hectares e, pelo plano de manejo, tem 310 mil hectares que podem ser disponibilizados para a realização do manejo florestal sustentável empresarial.

Segundo o Serviço Florestal, a área foi escolhida pela localização estratégica e por poder fornecer matéria-prima para madeireiras localizadas na região de Humaitá, induzindo a legalização do setor e gerando emprego e renda de maneira sustentável.

Essa será a primeira concessão florestal no estado do Amazonas. Pela proposta de edital serão disponibilizadas cinco unidades de manejo florestal (UMF), variando de 37 a 90 mil hectares. O edital deverá ser lançado no início de 2020 e a empresa vencedora poderá firmar contrato de até 40 anos.

Com os recursos advindos da concessão florestal será possível implementar projetos de desenvolvimento sustentável nas comunidades tradicionais locais, o que torna a concessão uma oportunidade para desenvolver a região, diminuindo os problemas socioambientais

Consulta Pública ouviu comunitários acerca da proposta de concessão florestal na unidade



Yanomamis fazem últimos ajustes para iniciar turismo ao Pico da Neblina

Usando adornos próprios para ocasiões especiais, lideranças e representantes do povo Yanomami participaram nos dias 15 e 16 de novembro, na terra indígena Maturacá (AM), da última assembleia antes da reabertura da visitação turística ao Pico da Neblina – ou Yaripo, como o local é chamado pelos Yanomamis – prevista para ocorrer em março de 2020. A reunião foi promovida pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Fundação Nacional do Índio (Funai), Instituto Socioambiental (ISA) e Associação Yanomami do Rio Cauaburis e Afluentes (Ayrca), que atua em conjunto com a Associação de Mulheres Yanomami Kumirayoma (AMY Kumirayoma). Com todas as autorizações necessárias, os indígenas se preparam para assumir a gestão do programa de turismo e vão assinar contratos com operadoras parceiras.

O uso de trajes especiais, incluindo arcos e flechas, indica a relevância do encontro para os povos tradicionais. De igual forma, a reunião é importante para os órgãos envolvidos. Gestora do Parque Nacional Pico da Neblina, Luciana Uehara ressalta que o projeto é inovador e pode ser tomado como modelo para outros programas futuros.

"É uma estratégia para dirimir os conflitos, além de promover geração de renda sustentável, melhoria da qualidade de vida da população Yanomami e confrontar o garimpo. Numa visão mais macro de gestão, essa iniciativa pode ser institucionalizada pelo ICMBio como exemplo de gestão em áreas sobrepostas para transformar a dupla afetação em dupla proteção territorial e ambiental", informou.

No caso do Pico da Neblina, por ser unidade de conservação e território indígena, há dupla proteção e afetação. Assim, as operações devem levar em conta a legislação do ICMBio e Funai, além da autonomia dos povos indígenas.

Com as autorizações necessárias para a atividade turística já concedidas, os próximos passos são análise jurídica do credenciamento de operadoras que vão atuar em parceria com os Yanomamis. Em seguida, Ayrca assinará contrato com as empresas selecionadas. A responsabilidade da gestão do turismo é da Ayrca, que terá apoio dos órgãos públicos e ISA. O credenciamento é feito pelo ICMBio, que analisará toda a documentação das empresas, dando segurança jurídica às ações.

Chefe da Divisão de Ordenamento e Autorização para a Visitação do ICMBio em Brasília, Carla Guaitanele participou da reunião em Maturacá. Ela repassou informações sobre as próximas etapas do processo de credenciamento. Além disso, houve o alinhamento sobre as características que devem ser exigidas das operadoras. Entre os critérios desejáveis estão experiência na Amazônia e em áreas de montanha, além de atuação com povos tradicionais.

Está previsto que as empresas vão operar no modelo de autorização. Carla Guaitanele explica que qualquer privado, pessoa física ou jurídica, que queira exercer atividade comercial em unidade de conservação tem que ter autorização.

O cadastro levará em conta o alinhamento da legislação do ICMBio e Funai. No processo serão exigidas documentações de praxe, mas também será necessária a apresentação da declaração de concordância da Ayrca em relação às operadoras.

Representante da Funai presente no encontro, o indigenista Túlio Caio Binotti entregou à Ayrca e a lideranças Yanomami a carta de anuência da Funai para as operações de turismo no Pico da Neblina. Ele considerou que essa é a forma mais eficaz de garantir a autonomia do povo indígena e ressaltou que todo o plano de visitação foi construído pela própria comunidade. O indigenista reforçou

ainda a necessidade de que todo o processo seja feito obedecendo ao plano de visitação e às exigências da carta de anuência, citando exemplos de outras áreas indígenas que foram abertas para visitação e que acabaram tendo problemas porque houve exploração fora das normas.

Coordenador do Programa Rio Negro do ISA, Marcos Wesley considera que um dos diferenciais do programa de turismo do Pico da Neblina é que ele aglutina diversos atores em torno de um projeto sustentável. "É o primeiro modelo de turismo que tem como protagonistas na gestão do negócio os próprios Yanomamis, tendo as agências como prestadoras de serviço e parceiras. Os órgãos públicos ICMBio e Funai vêm atuando como apoadores da gestão indígena sobre o território. O que existe aqui é um respeito a essa gestão indígena sobre o seu território", disse.

Presidente da Ayrca, José Mário Pereira Góes ressalta a alegria de seu povo com o andamento do projeto. "Nós vínhamos lutando há muito tempo. Foram quatro anos para chegar na reta final. Isso é muito importante, é uma conquista do povo Yanomami. E está sendo realizado hoje, no final de 2019. É uma vitória, uma alegria para o meu povo", disse.

Ele ressalta que o projeto vai beneficiar várias comunidades, entre elas Maturacá, Santa Maria, Auxiliadora, Vila União, Ariabu, Nazaré, Maiá, Inambu, Cachoeirinha e Mápio.

Turismo de base comunitária deve iniciar em março de 2020

As mulheres indígenas também estão envolvidas no projeto. Presidente da Kumirayoma, Floriza da Cruz Pinto diz que a participação feminina nas ações de turismo aconteceu depois de muita luta. No início, segundo ela, a quantidade de mulheres era pequena, mas foi crescendo ao longo do tempo. "Com o tempo, tivemos apoio dos próprios rapazes. A participação das mulheres é importante e dá vida à expedição", disse. A integração de jovens e mulheres ao programa está prevista no plano de visitação.

Inicialmente, a visitação turística ao Pico da Neblina envolveu os indígenas, ICMBio e Funai. Mas durante as discussões foram surgindo outros parceiros, como ISA e Exército.

Pelo plano de visitação, os Yanomamis prestarão diversos serviços na expedição, como guias, carregadores, cozinheiras, e serão chamados de profissionais do Yaripo. A remuneração foi discutida com os indígenas.

Durante a reunião em Maturacá, o ICMBio explicou sobre as contrapartidas que as empresas operadoras devem promover de forma a garantir melhorias, adequações e monitoramento constante da operação turística. As principais contrapartidas levantadas no plano de ação prioritário da Ayrca e que foram citadas durante a assembleia são a construção da casa de apoio Frente-sul (início do trajeto pelo rio Yá-Mirim); construção de um depósito específico para combustível nas proximidades da sede da Ayrca; redário de apoio para os turistas; acampamento na boca do Irokae, já no Pico da Neblina; estrutura para energia solar na base, em Maturacá, de forma a não depender do gerador; melhoria do saneamento na comunidade indígena; vaga para voluntários que prestem serviços como monitoramento e pesquisa ao ICMBio; vaga para estágio nas operadoras para capacitação dos Yanomamis.

CUIDADOS

O processo para reabertura do Pico da Neblina – o ponto mais alto do Brasil e chamado Yaripo pelos Yanomamis – à visitação turística durou cerca de cinco anos. Os trabalhos foram cercados de cuidados porque a

área tem dupla afetação, ou seja, é unidade de conservação ambiental e território indígena Yanomami. Dessa forma, todas as discussões envolveram o alinhamento da legislação do ICMBio e Funai, com apoio e consultoria do ISA. Uma das preocupações foi garantir a autonomia dos indígenas.

Gestora do Parque Nacional Pico da Neblina, Luciana Uehara destaca que a reunião ocorrida em novembro em Maturacá foi resultado de um processo que teve início em 2014. "Nesse momento de fechamento é importante reconhecer o trabalho de outros gestores e todo o trabalho do instituto, inclusive de apaziguamento de conflitos", disse.

Entre outras ações ao longo do processo destacam-se a formação do Conselho Consultivo do Parque Nacional do Parque Pico da Neblina, que se deu entre 2010 e 2013. Em 2014 foi criada a Câmara Temática do Ecoturismo do parque, vinculada ao conselho.

De 2014 a 2017 foram realizadas ações como oficinas, capacitações, reuniões, expedições técnicas, elaboração de plano de negócios. Em julho de 2017, o plano de visitação foi finalizado e enviado para as instituições. O ICMBio aprovou o documento em 2018. Já a carta de anuência da Funai foi assinada em setembro de 2019, tendo validade de dois anos.

Conforme previsto no plano de visitação, a gestão das operações turísticas será de responsabilidade da Ayrca. Durante o processo, os próprios indígenas solicitaram a parceria de empresas operadoras. Mas, com a experiência adquirida futuramente, o objetivo é que a própria associação Yanomami se torne operadora das expedições.

O parque estava fechado desde 2003, por recomendação do Ministério Público Federal, devido ao desordenamento da exploração turística que estava gerando violação dos direitos indígenas, conflito com turistas, impactos ao meio ambiente. Em 2013, em assembleia da Ayrca, em Maturacá, foi feito o pedido de apoio para ordenamento da visitação ao pico de forma a reverter a recomendação de fechamento. A demanda da reabertura partiu dos

próprios Yanomamis e do ICMBio. Os parques nacionais têm como uma de suas diretrizes o incentivo ao turismo.

"O Yaripo significa Serra de Vento, para a gente Yanomami. Que o vento não para. Não tem um dia que para o vento. É todo o tempo, todo o tempo", diz o presidente da Associação Yanomami do Rio Cauaburis e Afluentes (Ayrca), José Mário Pereira Góes. "O Yaripo é casa dos espíritos que são muito poderosos. Quem morre. Assim, em qualquer lugar que um Yanomami morre, um pajé morre. Então os espíritos se concentram no Yaripo. É lá que está a base dos espíritos dos antigos que já se foram. Então é por isso que ela é considerada sagrada.", continua.

O turista vai poder visitar o local sagrado, porém, os indígenas preparam um ritual especial. "A gente combinou que, para não acontecer de o turista ficar doente, os pajés aqui da base vão ter que fazer um ritual para que o turista seja protegido para que ele visite o Yaripo e venha com saúde e volte com boa saúde com a família. Antes de sair vai ter ritual com o pajé porque vamos entrar em área sagrada."





Passarinhando no Parque Nacional da Chapada Diamantina

Na Chapada Diamantina (BA) existem 359 espécies de aves, segundo dados publicados em 1999. Entre elas, estão espécies endêmicas de diferentes biomas brasileiros e 21 ameaçadas de extinção, segundo a União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (IUCN).

Essa quantidade de espécies, considerada subestimada por alguns especialistas, é consequência do encontro de biomas que ocorre dentro do Parque Nacional (Parna) da Chapada Diamantina com áreas de campos rupestres, caatinga, cerrado, matas ciliares e florestas úmidas. "Devido à variedade de ambientes, encontramos aqui uma rica diversidade de aves, o que torna o local ideal para a prática da Observação de Aves, ou birdwatching, e com um grande potencial turístico a ser desenvolvido", afirma Elivan Arantes, analista ambiental do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Aves Silvestres (Cemave). "Algumas operadoras do

segmento já divulgam o Parna da Chapada Diamantina como o local mais rico em diversidade de pássaros do Brasil", completa.

Com o objetivo de estimular a construção de ações para o desenvolvimento da atividade na Unidade de Conservação e no seu entorno, no dia 19 de novembro, o ICMBio promoveu, em Lençóis (BA), o encontro "Passarinhando no Parque Nacional da Chapada Diamantina" com a participação de profissionais que já atuam com a atividade na região.

A ação foi impulsionada pelo analista ambiental Elivan Arantes, que trabalha no Cemave e está realizando sua licença capacitação na forma de voluntariado na UC. Seu trabalho consiste em pesquisar sobre as potencialidades desta modalidade como estratégia de ampliação da visitação, buscando formatar novos itinerários para o birdwatching no território.

O turismo de Observação de Aves está em crescimento no Brasil e no exterior e apresenta números expressivos. Apenas nos Estados Unidos, 45 milhões de pessoas praticam o birdwatching e 16,3 milhões viajam em busca de avistar novos pássaros. O que movimenta 41 bilhões de dólares por ano, de acordo com o departamento nacional americano de proteção da vida selvagem (U.S. Fish and Wildlife Service).

Para a bióloga e condutora de visitantes especialista em birdwatching, Cristiane Prates, o Brasil, em especial a Chapada Diamantina, possui diferenciais relevantes para participar desse nicho de mercado. Além de possuir espécies exclusivas, que atraem muito esse público, realizar uma visita ao Parque Nacional possibilita que o observador de aves otimize seu tempo e consiga aumentar a sua lista de espécies avistadas em uma única viagem. "Em apenas um dia é possível fazer a volta ao Parque Nacional e ver espécies de quatro biomas diferentes", destaca.

CONSERVAÇÃO

Para além do desenvolvimento econômico, "a atividade contribui para a promoção da ciência cidadã, da saúde, do bem-estar e, principalmente, da conservação ambiental", ressalta Prates. Razões que motivaram a bióloga e educadora, Adriana Caribé, a desenvolver um projeto pedagógico sobre o tema na comunidade quilombola do Remanso, no município de Lençóis.

"Os pássaros fascinam os seres humanos, por isso, achei que seria uma forma estratégica de sensibilizar os alunos sobre a importância de valorizar a fauna viva", explica. Em apenas duas horas de aula no pantanal do Marimbus, ela e os alunos identificaram 35 espécies de aves.

Os dados levantados subsidiaram a produção de um jogo educativo da memória, chamado "Remanso das Aves", que foi distribuído posteriormente para as demais escolas municipais. "O objetivo do material é estimular a observação de aves e o reconhecimento da

importância delas para o ecossistema e para a preservação ambiental", afirma a educadora.

PROPOSIÇÕES

Em formato de roda de conversa e troca de experiências, o evento buscou provocar reflexões a respeito dos desafios e potencialidades do desenvolvimento da observação de aves no Parque Nacional.

Capacitar condutores de visitantes para exercer a atividade foi uma das principais questões discutidas entre os participantes. "Eles são a peça-chave para incluirmos o turismo de observação de aves nos roteiros da Chapada Diamantina, além disso, é uma forma de agregar valor ao serviço desse profissional, que está sendo preterido por conta da utilização de aplicativos", afirma Maiza Andrade, empresária do turismo e observadora de aves.

A partir do debate, foram listadas estratégias e ações prioritárias que podem contribuir para o desenvolvimento do birdwatching, como realizar uma capacitação para condutores, formatar roteiros para agências e montar estandes em feiras e eventos nacionais e locais, além de criar uma rede colaborativa sobre o tema.





CTBio recebe os resultados do primeiro ano de monitoramento da biodiversidade aquática pós desastre de Mariana (MG)

Nos dias 20 e 21 de novembro foi realizado no auditório do Centro de Ciências Exatas da Universidade Federal do Espírito Santo (CCE/Ufes) o 2º Seminário Técnico-Científico de Avaliação do Programa de Monitoramento da Biodiversidade Aquática (PMBA), executado pela Fundação Espírito-Santense de Tecnologia (FEST) e Rede Rio Doce Mar (RRDM), por meio do acordo de cooperação firmado com a Fundação Renova. O PMBA tem como objetivos centrais, a identificação e mensuração de impactos do rompimento da barragem de Fundão/Samarco na biodiversidade aquática em rios, lagos, lagoas, praias, restingas, manguezais e mar.

O seminário foi promovido pela Câmara Técnica de Conservação e Biodiversidade (CTBio), que integra o Comitê Interfederativo (CIF) e é coordenada pelo ICMBio, junto com os demais órgãos ambientais federais do Espírito Santo. O encontro teve a participação de pesquisadores das universidades que integram a RRDM e FEST, bem como técnicos da Fundação Renova, da Câmara Técnica de Conservação e Biodiversidade - CTBio, IEMA (ES), IBAMA (ES), Ministério Público e representantes dos segmentos dos atingidos, como Sindicato dos Pescadores do ES.

"Grandes são os desafios que temos, considerando que este é o maior acidente de

mineração do planeta. São mais de 7 mil páginas desse estudo que temos para analisar, numa realidade de corpo técnico enxuto dos órgãos ambientais para fazer essas análises. A expectativa é que em dois meses possamos responder melhor à sociedade, mas não há dúvidas do tamanho do impacto e das transformações que estão ocorrendo nos ecossistemas. A questão é o quanto ele é tóxico. Mas quem tem que falar sobre toxicidade no ser humano é a área de saúde", frisou Joca Thomé que representou o Coordenador da CTBio, Frederico Drumond Martins, que se encontrava em outra agenda da CTBio em Minas Gerais.

O estudo deve ser encaminhado pela CTBio a outras Câmaras Técnicas como a de Saúde, visando auxiliar em outras análises e tomadas de decisão por parte do CIF. Após análises pelos órgãos ambientais do ES possivelmente ajustes serão propostos, seja na malha amostral ou nas perguntas centrais a serem respondidas em relação ao impacto, considerando o marco temporal de 4 anos após o desastre ambiental.

Durante os dois dias de evento, a RRDM apresentou uma síntese dos resultados relativos aos primeiros 12 meses de monitoramento (setembro/2018 a setembro/2019) no âmbito do PMBA. A pesquisa desenvolvida pela FEST/RRDM, detalhada em um conjunto de relatórios, foi oficialmente encaminhada à CTBio pela Fundação Renova no dia 18 de novembro. Nos próximos meses, o estudo desenvolvido pela RRDM será analisado pela CTBio e demais órgãos ambientais, visando dimensionar o impacto na biodiversidade, suas consequências e possíveis medidas mitigadoras, assim como subsidiar definições sobre a continuidade dos estudos e monitoramento nos próximos anos.

No primeiro dia do evento (20/11), as temáticas das apresentações focaram nos aspectos abióticos, ecotoxicológicos e bióticos nos ambientes dulcíclicos, marinhos e costeiros. Já no segundo dia (21/11), as atenções foram voltadas para apresentações e debates sobre os principais aspectos e evidências dos impactos do rompimento da Barragem de Fundão na biodiversidade aquática existentes nas Unidades de Conservação no Espírito Santo,

bem como no Parque Nacional Marinho de Abrolhos (BA).

Entre os resultados apresentados pela RRDM foram apontadas evidências de alterações na estrutura, composição e funcionamento dos componentes abióticos e bióticos dos ecossistemas dulcíclicos (calha do rio Doce, lagos e lagoas associadas), costeiros (estuário, praias, manguezais e restingas) e marinhos. As pesquisas também destacam a calha, estuário e foz do Rio Doce, bem como a região costeira adjacente próxima a esta foz do rio Doce, tanto ao sul quanto ao norte, como sendo as áreas onde foram observadas as maiores evidências de impactos associados aos rejeitos oriundos do rompimento da barragem de Fundão.

Os dados foram coletados ao longo de 12 meses de trabalho e envolveu aproximadamente 500 pesquisadores de 27 instituições de ensino e pesquisa de todo o país. Os estudos consideram em suas análises dados coletados antes e depois do rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG), e monitoram a fauna e a flora dos rios, lagoas, praias e mar em sua porção capixaba.

De acordo com os estudos apresentados, a concentração de rejeito proveniente da barragem de Fundão nos ambientes estudados (fluvial, lacustre, costeiro e marinho) varia de acordo com a sazonalidade (cheia e seca) na Bacia Hidrográfica do Rio Doce e seus afluentes, assim como com as condições meteoceanográficas extremas na variabilidade do impacto, como frentes frias e também se relacionam ao uso e ocupação humana ao longo de toda a bacia.

O monitoramento contempla aspectos físicos e químicos dos ambientes e a biodiversidade em cerca de 200 pontos ao longo de toda a porção capixaba do rio Doce e na região estuarina, costeira e marinha, que compreende o entorno da foz do rio Doce e a área que vai de Guarapari até Porto Seguro, na Bahia. Foram estudados de micro-organismos a baleias, além da qualidade da água, sedimentos, condições de marés e ondas, manguezais e restingas.



Curtas

RAN participa do 22º Simpósio Ambientalista no Cerrado



RAN mostrou no evento quelônios e crocodilianos do bioma Cerrado

O Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Répteis e Anfíbios (RAN) participou do 22º Simpósio Ambientalista no Cerrado. O evento foi realizado no dia 13 de novembro, na Universidade Católica de Goiás.

O evento discutiu caminhos para o desenvolvimento sustentável, abordando temas como conservação de bacias hidrográficas, a gestão pública e a educação ambiental. Cerca de 370 participantes se envolveram em apresentações de trabalhos científicos, rodas de conversa e exposições sobre a temática ambiental.

O RAN expôs exemplares de quelônios e crocodilianos do Cerrado, trazendo informações sobre a história natural das espécies, distribuição e ameaças à conservação. Além disso, foram mostradas aos visitantes as principais áreas de atuação do ICMBio na gestão das unidades de conservação e na formulação e execução de políticas públicas para a conservação da fauna, além da exposição de diversos materiais disponíveis para download no site do ICMBio.

NGI Bragança comemora primeiro aniversário

O Núcleo de Gestão Integrada Bragança (PA) celebrou, no dia 21, seu primeiro ano de criação. A data ocorreu durante a realização do Curso de Monitoramento de Aves Limícolas, sediada pelo NGI. O Núcleo foi instituído pela Portaria 978/2018 para modernizar a gestão de quatro reservas extrativistas (Resex) na porção nordeste do litoral paraense, conhecida como Região Bragantina. As UCs que fazem parte do NGI são Resex Araí-Perobá, Resex Marinha Caeté-Taperaçu, Resex Marinha Gurupi-Piriá e Resex Marinha de Tracuateua.

Estas UCs (que juntas protegem 206.470 hectares, beneficiando cerca de 16.000 famílias) passaram a ter seus planejamentos e gestão definidos a partir de uma perspectiva regional, estruturando políticas e ações de forma mais efetiva e articulada, levando em conta as possibilidades e pressões que incidem sobre todo o território e adotando uma abordagem ecossistêmica na gestão do conjunto dessas áreas.

"Através da nova estrutura, com o empenho da equipe, apoio da sede, da CR 04 e de parceiros, muitos avanços foram alcançados neste primeiro ano, como a melhoria nas condições de trabalho e equipamentos no escritório ICMBio em Bragança-PA; a implementação de planejamento anual das atividades das áreas temáticas do NGI, com reuniões bimestrais de acompanhamento e avaliação; maior interação com as



instâncias municipais de meio ambiente e com demais UC da região; implementação do programa monitora, dentre outros", enfatiza o chefe do NGI, Josiel Vasconcelos.

"Com o aumento da autuação local, aumenta também o desafio na busca da qualidade da gestão, e a necessidade de apoio por parte da sede, seja na aquisição dos equipamentos que ainda faltam, seja no direcionamento de projetos especiais que possam apoiar o dia-a-dia da implementação dessas importantes áreas", completa Vasconcelos.

Parque Nacional da Serra da Bocaina (RJ)

Acervo Parna da Serra da Bocaina; Alessandra Fontana; Babi Neumann; Diogo Provete; Marcelo Motta; Natália Ladeira



ICMBio em Foco

Revista eletrônica

Edição

Ramilla Rodrigues

Projeto Gráfico

Bruno Bimbato

Narayanne Miranda

Diagramação

Marília Ferreira

Chefe da Divisão de Comunicação

Marjoire de Carvalho Malaquias

Foto da Capa

Luciana Uehara

Colaboraram nesta edição

Ana Amélia Hamdan – PARNA Pico da Neblina; Carla Guaitanele – DOVIS; Carlos Eduardo de Carvalho – RAN; Danielle Paludo – Cemave; Diego Santos – APA Costa dos Corais; Erica França – NGI Humaitá; Josiel Vasconcelos – NGI Bragança; Laís Correard – Parna Chapada Diamantina; Luana Manzione – PARNA Marinho de Abrolhos; Luciana Pacca – CPB; Luciana Uehara – PARNA Pico da Neblina; Sandra Tavares – Tamar; Vera Luz - RAN

Divisão de Comunicação - DCOM

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio

Complexo Administrativo Sudoeste - EQSW 103/104 - Bloco C - 1º andar - CEP: 70670-350 - Brasília/DF Fone +55 (61) 2028-9280 comunicacao@icmbio.gov.br - www.icmbio.gov.br



@icmbio



facebook.com/icmbio



youtube.com/canalicmbio



@icmbio